

**ACTA**

Aos oito dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Francisca Maria da Costa Abreu, Júlio Martins Faria Mendes, César Manuel de Castro Machado, Rui Vítor Poeiras Lobo da Costa, José Manuel Fernandes Antunes, Vítor Manuel da Silva Ferreira e Ana Amélia Mota Guimarães. -----

Não compareceu o Vereador Carlos Manuel Amaral Vasconcelos, cuja falta foi considerada justificada. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador Rui Vítor Costa – a) – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Uma das nossas preocupações centrais em termos políticos tem sido, desde o início do nosso mandato, a Reabilitação Urbana. Em termos de investimento municipal e envolvimento da comunidade, achamos ser essa uma aposta certa e necessária. A título de exemplo, entendemos referir em Outubro de 2006 como importante a criação de um programa de reabilitação urbana em Guimarães que tivesse uma dimensão muito forte de apoio à iniciativa privada, apoiada numa Sociedade de Reabilitação Urbana e com o envolvimento dos vimeanenses. Tendo presente essa filosofia política não admira que as iniciativas do Sr. Presidente como o Campurbis ou a Requalificação do Largo do Carmo merecessem na altura, e continuam a merecê-lo hoje, o nosso entusiástico apoio. Apesar de estas iniciativas não serem articuladas num projecto mais amplo de renovação e

preservação de Guimarães e, como defendemos, de ancorarem com outros projectos a Capital Europeia da Cultura, elas são muito bem acolhidas por nós e pela população em geral, ao contrário de outras propostas que o Sr. Presidente tem defendido. Gostaria de me centrar nesta intervenção na renovação do Largo do Carmo. Este investimento procurará, ao acabar com o “estacionamento anárquico” e ao abrir novos percursos urbanos, bem cuidados e estruturados, melhorar a Colina Sagrada como espaço nobre da Cidade. O fim da feira naquele local permitirá, finalmente, dignificar convenientemente um dos espaços mais procurados por quem nos visita. Não consta da proposta que aqui analisámos em finais de Junho do ano passado uma solução para o estacionamento de camionetas. Do nosso ponto de vista urge, também neste aspecto, uma solução, para que o acesso ao Paço dos Duques e ao Castelo seja feita de forma impecável eliminando um conjunto de “perturbações” como a do estacionamento dessas viaturas pesadas. É importante arranjar um espaço para esses veículos que não perturbe a visão geral do enquadramento da Colina Sagrada, mas que seja suficientemente perto para o tornar funcional. Não temos nenhuma “ideia mágica” para a resolução deste problema mas entendemos que este Órgão se deve debruçar sobre o assunto e, se possível, de forma paralela à requalificação referida, para que aquela seja tão perfeita e completa como todos o desejamos”. **2 – Vereador José Manuel Antunes** – Manifestou-se apreensivo com o trajecto da nova estrada que liga Fermentões a Silvares, nomeadamente quanto à insegurança do acesso à Capela de Santa Apolónia, em Silvares. Lamentou as condições do traçado da nova estrada inaugurada no passado dia 22 de Dezembro, referindo que esta ligação não demonstra uma visão de futuro. Disse ser preocupante a irregularidade do perfil na Rua de Santa Apolónia, alertando para o perigo existente naquele entroncamento. Acrescentou que



os investimentos previstos para aquela zona vão originar um aumento do fluxo de trânsito, não tendo sido equacionadas as necessidades futuras ao nível de acessibilidades. Por último, destacou, ainda, a perigosidade do atravessamento da EN 206, em Silvares. **3 – Vereador Vítor Ferreira** – Quis saber se as redes de águas pluviais existentes no Concelho têm capacidade suficiente para garantir o escoamento dos caudais, depois dos moradores da Rua Moura Machado, em Azurém, terem reclamado uma intervenção da Vimágua para corrigir anomalias da rede de saneamento, pelo que considerou que a Autarquia deveria averiguar se a rede de águas pluviais se encontra bem executada. **4 – Vereadora Ana Amélia Guimarães** – Alertou para a necessidade dos serviços municipais de trânsito resolverem alguns problemas de segurança para os peões, apontando exemplos já referidos anteriormente tais como a Rua Comendador Domingos Torcato Ribeiro (situada entre a rotunda de acesso à Avenida Cónego Gaspar Estação e a Praceta Lyons Internacional), onde faltam passeios e se verifica uma reduzida visibilidade, quer para os automobilistas, quer para os peões e onde dificilmente o trânsito se faz nos dois sentidos. Acrescentou que este trajecto é o acesso pedonal privilegiado ao Parque da Cidade, sendo, também, utilizado diariamente por alunos da EB 2, 3 João de Meira, da CERCIGUI e por trabalhadores de uma unidade industrial ali situada. Fez, ainda, referência à existência de sinalização vertical tapada pela vegetação que prolifera nas bermas das estradas, bem como ao mau estado de conservação de algumas vias do concelho. Por último, mostrou-se, também, preocupada com o traçado da nova ligação entre Fermentões e Silvares, alegando ser incompreensível que uma via inaugurada há tão pouco tempo apresente já zonas susceptíveis de serem identificadas como pontos negros. **5 – Vereador César Machado** – Referiu uma iniciativa da Polícia Municipal junto de

algumas escolas do concelho para uma campanha de Prevenção e Segurança Rodoviária. **6 – Vereador Armindo Costa e Silva – a)** – Deu conhecimento de uma informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente relativa ao balanço do número de adopções ocorridas no Canil/Gatil de Guimarães; **b)** – Deu conhecimento de uma informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente relativa ao balanço dos resíduos recolhidos no concelho de Guimarães. **7 – Vereador Júlio Mendes – a)** – Relativamente à intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que o projecto de intervenção urbana em Silvaes poderá originar a criação de um acesso alternativo à via recentemente inaugurada. Referiu, ainda, que o perfil do acesso ao novo empreendimento comercial terá uma configuração urbana, com passeios e zonas de atravessamento adequadas à centralidade que será criada; **b)** – Sobre a intervenção do Vereador Rui Vítor Costa, explicou que, no âmbito da requalificação do Largo do Carmo, não será permitido aos autocarros estacionarem no espaço adjacente ao Paço dos Duques de Bragança. Contudo, poderão deixar ali os passageiros e posteriormente aparcar fora daquele local. **8 - Presidente da Câmara** – Quanto às intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Lembrou o moroso processo judicial que envolveu a construção da ligação entre Silvaes e Fermentões, aceitando que o trajecto apresenta algumas dificuldades. Anunciou que a abertura da estrada poderá permitir lançar, com mais celeridade, o projecto da Via do Ave, sendo que o corredor destinado ao traçado já está salvaguardado no PDM para evitar o aparecimento de construções nas zonas laterais da actual estrada; **b)** – No que diz respeito à intervenção do Vereador Vítor Ferreira lamentou o mau uso que é feito da rede de saneamento, com o lançamento indevido de resíduos sólidos nos esgotos; **b)** – Quanto à segurança rodoviária prestou esclarecimentos sobre alguns aspectos que considerou importantes. -----



----- INFORMAÇÕES -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da comunicação da ARRIVA dando conhecimento da implementação, desde o passado dia 5 de Janeiro, dos horários de transporte em carreira pública, a realizar em dias úteis, e que servirá, em termos de transportes públicos, a população residente e os trabalhadores da freguesia de Aldão; **2** – Do Programa Eleitoral da Lista Candidata à Mesa de Assembleia Geral e Direcção da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal.

----- ORDEM DO DIA -----

----- INFORMAÇÕES -----

I – Do ofício da Cooperativa Turipenha remetendo, para conhecimento, o Plano de Actividades e Orçamento Previsional para o ano de 2009, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta; **II** – Do ofício da Cooperativa Tempo Livre remetendo, para conhecimento, o Plano de Actividades e Orçamento para 2009, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta; **III** – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 285 e 286 comunicando a aprovação, em sessão ordinária realizada no passado dia 22 de Dezembro, das seguintes propostas: **a)** – “Alteração de Trânsito na Rua das Mondas – Freguesia de Candoso S. Tiago”; **b)** – “Avepark – Aumento de Capital”; **IV** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 5 de Janeiro de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: **Balcão Único de Atendimento ao Múncipe – Câmara Municipal de Guimarães**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €589.122,44 (quinhentos e oitenta e nove mil cento e

vinte e dois euros e quarenta e quatro cêntimos) + IVA, a satisfazer pela dotação 05.04.01. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca: Fixação do preço base em €589.122,44 (quinhentos e oitenta e nove mil cento e vinte e dois euros e quarenta e quatro cêntimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 180 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos - a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Vítor Manuel Abreu Fernandes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – Chefe de Secção do Departamento de Obras Municipais”; **V** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 5 de Janeiro de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: **Adaptação do Edifício da EB1 Samar n.º 2 para Biblioteca – Lordelo**, submete-se à consideração superior a presente



proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €405.259,44 (quatrocentos e cinco mil duzentos e cinquenta e nove euros e quarenta e quatro centésimos) + IVA, a satisfazer pela dotação 02.01.28. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca: Fixação do preço base em €405.259,44 (quatrocentos e cinco mil duzentos e cinquenta e nove euros e quarenta e quatro centésimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 180 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Vítor Manuel Abreu Fernandes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – Chefe de Secção do Departamento de Obras Municipais”; **VI** – Do despacho do Vereador Armindo Costa e Silva, datado de 22 de Dezembro de 2008, que concordou com a seguinte

informação da Chefe da Divisão Administrativa: **“QUIOSQUES – HASTA PÚBLICA PARA ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE QUATRO QUIOSQUES** – Realizou-se, no passado dia 17 de Dezembro, pelas 10h00, no Salão Nobre desta Câmara Municipal a hasta pública para adjudicação do direito de uso privativo de quatro quiosques, conforme deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 20 de Novembro de 2008. Desta hasta pública a Comissão lavrou a acta que se junta em anexo. De acordo com o ali exposto, apenas foi apresentada uma proposta relativa ao equipamento de mobiliário urbano localizado na Rua Almirante Sousa Ventura, freguesia de Guimarães (Oliveira do Castelo), com a área de 10m². Nesta sequência, Comissão propôs que fosse adjudicado o referido quiosque à Sra. D. Susana Maria Martins Leite Fernandes, residente na Rua do Sobreiro, n.º 207, fracção “J”, na freguesia de Azurém, deste concelho de Guimarães, pelo valor de €1.500,00, valor base de licitação. O art.º 6.º do Regulamento da Hasta Pública prevê que o pagamento do preço oferecido seja pago no acto da praça, salvo se o arrematante declarar desejar efectuar o pagamento em prestações, devendo, nesse caso, pagar, desde logo, metade do preço e o restante ao longo de prestações mensais sucessivas, no máximo de doze. Conforme consta da acta, a arrematante manifestou intenção de pagar apenas metade do preço da arrematação, e de pagar o restante em prestações mensais. Efectivamente, efectuou o pagamento dessa metade e solicitou, através de requerimento, o pagamento do restante valor em prestações. Dispõe o n.º 3 do art. 6º daquele Regulamento que a decisão de adjudicação definitiva será homologada pelo Presidente da Câmara Municipal após pagamento integral do valor da adjudicação. Assim, enquanto a arrematante não realizar o pagamento integral do valor da adjudicação não lhe poderá ser adjudicado definitivamente o direito de uso



privativo do quiosque. No entanto, e porque tal decisão ainda poderá demorar alguns meses, dependendo do número de prestações a autorizar, coloca-se à consideração superior levar a conhecimento da reunião de Câmara o resultado desta hasta pública, aprovada por deliberação camarária, como supra se referiu”. A referida acta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. -----

----- DELIBERAÇÕES -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2008. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se o Vereador Rui Vítor Costa, por não ter participado na reunião. A leitura da acta foi dispensada por esta ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 OLIVEIRA DO CASTELO – INÍCIO DE PROCEDIMENTO

– Presente a seguinte informação do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: **Ampliação e Requalificação da Escola EB1 da Oliveira – Oliveira do Castelo**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €1.161.360,04 (um milhão cento e sessenta e um mil trezentos e sessenta euros e quatro centimos) + IVA, a satisfazer pela dotação 01.02.70. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Decreto Lei n.º

18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos.

4. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca: Fixação do preço base em €1.161.360,04 (um milhão cento e sessenta e um mil trezentos e sessenta euros e quatro centimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 240 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 5. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos . a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Vítor Manuel Abreu Fernandes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – Chefe de Secção do Departamento de Obras Municipais”. O Programa de Procedimento com Projecto e o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS TEIXEIRA E S. BARTOLOMEU – PRORROGAÇÃO DO PRAZO – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Em 2 de Julho de 2008, sob o registo 2843/08, deu entrada no Departamento de Obras Municipais um ofício da Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho, com o nº. 54/08 a solicitar a prorrogação do prazo de vigência do protocolo celebrado em 18 de Junho de 2007, entre a Câmara Municipal e aquela



Autarquia, por mais seis meses. Por lapso dos Serviços, este ofício foi anexado ao processo 126/08 que diz respeito à obra de “Arranjo Urbanístico da Envolvente da Capela de S. Bartolomeu” delegada na Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho por deliberação de câmara de 29 de Maio de 2008. Nesta sequência, o assunto foi submetido à reunião de Câmara de 25 de Setembro de 2008 tendo-se prorrogado o prazo do protocolo por mais seis meses, quando na verdade a prorrogação solicitada era para a execução das obras acima mencionadas. Assim, propõe-se que seja revogada a deliberação de câmara de 25 de Setembro de 2008, e que seja aprovada a prorrogação do protocolo celebrado em 18 de Junho de 2007, por mais 6 meses, de modo a ser possível à Junta de Freguesia de executar as obras de Pavimentação da R. Teixeira e R. de S. Bartolomeu”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – COOPERATIVA FRATERNA – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 2 de Dezembro de 2008, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Por solicitação da Cooperativa Fraterna foi cedido, durante os meses de Outubro e Novembro, o transporte em viatura da Câmara para apoio à valência do Centro de Dia – 1200 Kms. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a ratificação do transporte concedido, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista”.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta. -----

TRANSPORTES – COOPERATIVA FRATERNA – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara, de 29 de Dezembro de 2008, que concordou com a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Por solicitação da Cooperativa Fraterna

foi cedido, durante o mês de Dezembro, o transporte em viaturas da Câmara para apoio à valência do Centro de Dia (390 Km). Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a ratificação do transporte concedido, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

TRANSPORTES – COOPERATIVA FRATERNA – Presente para ratificação o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 29 de Dezembro de 2008, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Por solicitação da Cooperativa Fraterna foi cedido, durante o mês de Dezembro, o transporte em viaturas da Câmara para distribuição de alimentos a famílias carenciadas (700 Km). Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a ratificação dos transportes concedidos”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** ---

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE ABAÇÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, de 11 de Dezembro de 2008, que disponibilizou, ao Agrupamento Vertical de Escolas de Abação, o transporte, em autocarro, de 25 alunos do Jardim-de-infância de Ucha de Baixo, S. Faustino ao Guimarães Shopping, no passado dia 15 de Dezembro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ---

TRANSPORTES – LIGAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS (TUG) AO MERCADO MUNICIPAL – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 2 de Janeiro de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de



Obras Municipais: “Por forma a manter a acessibilidade dos consumidores ao Mercado Municipal, designadamente pela manutenção da tarifa especial gratuita nas ligações Largo Valentim Moreira de Sá – Mercado Municipal e sentido inverso, propomos a extensão do actual período até 31 de Dezembro de 2009, mantendo o Município a comparticipação do mesmo, no valor de €100,00 (cem euros) por semana”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 05 e na unidade económica 02.02.10.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – AGRUPAMENTO 703 DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – PRESÉPIO MOVIMENTADO

– Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento 703 do Corpo Nacional de Escutas, com sede em Infantas, promoveu, na quadra natalícia, a montagem de um Presépio Movimentado, iniciativa já com tradição na freguesia. Para essa realização solicitou à Câmara, a exemplo dos anos anteriores, a concessão de um subsídio. Considerando o significado e o interesse público da iniciativa e os custos da sua organização, proponho que seja concedido um subsídio de €250,00 (duzentos e cinquenta euros) ao referido Agrupamento, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.

Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 11 E 12 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios

e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS TROVADORES DO CANO” – JANEIRAS 2009 – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Cultural e Recreativo “Os Trovadores do Cano” promove, no dia 2 de Janeiro, a sua habitual iniciativa de cantar as “Janeiras” em vários pontos da cidade, incluindo nesse percurso a Câmara Municipal. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores e o interesse cultural da iniciativa, proponho que seja ratificada a concessão de um subsídio de €150,00 à referida Associação para apoio a essa realização, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 11 E 12 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da



CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA – FESTAS EM HONRA DE SANTA LUZIA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, de 17 de Dezembro de 2008, que concedeu à Junta de Freguesia de Guardizela um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas em Honra de Santa Luzia, realizadas entre os passados dias 12 e 14 de Dezembro de 2008, num máximo de €52,39 (cinquenta e dois euros e trinta e nove cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA.**

Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto:**

“Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 13 a 25 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros

eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Dezembro de 2008, que concedeu à Junta de Freguesia de Briteiros Santa Leocádia um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Natal, a realizar entre os dias 15 de Dezembro de 2008 e 6 de Janeiro de 2009, num máximo de €88,17 (oitenta e oito euros e dezassete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 13 a 25 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-



cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. ---

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA

– FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente

para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Dezembro de 2008, que concedeu à Junta de Freguesia de Sande Vila Nova um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Natal, a realizar entre os dias 15 de Dezembro de 2008 e 6 de Janeiro de 2009, num máximo de €144,23 (cento e quarenta e quatro euros e vinte e três cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica

04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA.** Votaram

contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores

eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 13 a 25 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara

Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina

negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa

de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem

sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-

cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. ---

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE VERMIL – FESTA

DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para

ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Dezembro de 2008, que concedeu à Junta de Freguesia de Vermil um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Natal, a realizar entre os dias 15 de Dezembro de 2008 e 6 de Janeiro de 2009, num máximo de €198,00 (cento e noventa e oito euros). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 13 a 25 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Dezembro de 2008, que concedeu à Junta de Freguesia de Prazins Santo Tirso um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa de Natal, a realizar entre



os dias 15 de Dezembro de 2008 e 6 de Janeiro de 2009, num máximo de €161,77 (cento e sessenta e um euros e setenta e sete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 13 a 25 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. ---

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CORVITE – FESTAS DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Dezembro de 2008, que concedeu à Junta de Freguesia de Corvite um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas de Natal, a realizar entre os dias 15 de Dezembro de 2008 e 6 de Janeiro de 2009, num máximo de €156,19 (cento e cinquenta e seis euros e dezanove cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA.** Votaram contra os

Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 13 a 25 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA MADRE DEUS – FESTAS DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Dezembro de 2008, que concedeu à Irmandade de Nossa Senhora da Madre Deus um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas de Natal, a realizar entre os dias 15 de Dezembro de 2008 e 6 de Janeiro de 2009, num máximo de €94,64 (noventa e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 13 a 25 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio



da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE INFANTAS – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 2 de Janeiro de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de Infantas um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Natal, a realizar entre os dias 15 de Dezembro de 2008 e 6 de Janeiro de 2009, num máximo de €158,60 (cento e cinquenta e oito euros e sessenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 13 a 25 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda

mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO – FESTAS DO MENINO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 2 de Janeiro de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de Barco um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas do Menino, a realizar entre os dias 15 de Dezembro de 2008 e 6 de Janeiro de 2009, num máximo de €86,28 (oitenta e seis euros e vinte e oito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 13 a 25 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará



neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, de 2 de Janeiro de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Natal, a realizar entre os dias 15 de Dezembro de 2008 e 6 de Janeiro de 2009, num máximo de €100,91 (cem euros e noventa e um cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 13 a 25 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE S. TORCATO –

FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, de 2 de Janeiro de 2009, que concedeu à Junta de Freguesia de S. Torcato um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Natal, a realizar entre os dias 15 de Dezembro de 2008 e 6 de Janeiro de 2009, num máximo de €89,17 (oitenta e nove euros e dezassete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 13 a 25 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE S. FAUSTINO – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Dezembro de 2008, que concedeu à Junta de Freguesia de S. Faustino um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico



originado pela ornamentações da Festa de Natal, a realizar entre os dias 15 de Dezembro de 2008 e 6 de Janeiro de 2009, num máximo de €187,00 (cento e oitenta e sete euros). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 13 a 25 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE S. FAUSTINO –
FESTA DE N.ª S.ª DAS CANDEIAS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

– Presente um pedido da Junta de Freguesia de S. Faustino solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Nossa Senhora das Candeias. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €297,69 pelo que será de autorizar a instalação de dois contadores para a potência de 41,4 KVA cada no período compreendido entre 3 e 8 de Fevereiro de 2009, bem como a atribuição, à Junta de

Freguesia de S. Faustino, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Nossa Senhora das Candeias, num máximo de €148,85 (cento e quarenta e oito euros e oitenta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 13 a 25 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 10 de Janeiro de 2008 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM”. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----